



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

ROBSON DA SILVA CARVALHO

**ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DAS COMPANHIAS DE POLICIAMENTO
ESPECIALIZADO (CPE) E DO COMANDO DE OPERAÇÕES DE DIVISAS (COD) NO
COMBATE AO “NOVO CANGAÇO” E AO DOMÍNIO DE CIDADES NA REGIÃO
SUDOESTE DE GOIÁS**

GOIÂNIA – GO

2026



ROBSON DA SILVA CARVALHO

**ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DAS COMPANHIAS DE POLICIAMENTO
ESPECIALIZADO (CPE) E DO COMANDO DE OPERAÇÕES DE DIVISAS (COD) NO
COMBATE AO “NOVO CANGAÇO” E AO DOMÍNIO DE CIDADES NA REGIÃO
SUDOESTE DE GOIÁS**

Artigo apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, sob a orientação do Prof. Coronel PM Leonardo Bernardes Melo Cavalcanti.

GOIÂNIA – GO

2026

ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS DAS COMPANHIAS DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO (CPE) E DO COMANDO DE OPERAÇÕES DE DIVISAS (COD) NO COMBATE AO “NOVO CANGAÇO” E AO DOMÍNIO DE CIDADES NA REGIÃO SUDOESTE DE GOIÁS

OPERATIONAL STRATEGIES OF THE SPECIALIZED POLICE COMPANIES (CPE) AND THE CURRENCY OPERATING COMMAND (COD) DOES NOT COMBATE THE “NOVO CANGAÇO” AND THE CITY DOMAIN IN THE SOUTHWEST REGION OF GOIÁS

Robson da Silva Carvalho¹

Coronel PM Leonardo Bernardes Melo Cavalcanti²

Resumo: A pesquisa analisa as estratégias operacionais do policiamento especializado no enfrentamento ao denominado Novo Cangaço na região Sudoeste do estado de Goiás, com ênfase na atuação das Companhias de Policiamento Especializado (CPE) e do Comando de Operações de Divisas (COD). O problema de pesquisa consiste em compreender de que maneira as estratégias operacionais adotadas por essas unidades contribuem para o combate às organizações criminosas e quais fatores condicionam sua efetividade. O estudo objetiva analisar as práticas operacionais, a integração institucional, o planejamento estratégico e os desafios enfrentados pelas equipes especializadas nesse contexto. Trata-se de pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa e quantitativa, de natureza descritiva e exploratória. Os procedimentos metodológicos compreenderam pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de dados por meio de questionário aplicado a 57 policiais militares atuantes em unidades especializadas. Os resultados demonstram que o planejamento operacional, a inteligência policial, a integração entre as forças de segurança, o emprego de drones, sistemas de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) e bloqueios estratégicos constituem os principais fatores associados ao aumento da eficiência operacional. Também foram identificadas limitações relacionadas à extensão territorial, à facilidade de fuga entre estados, à insuficiência parcial de recursos tecnológicos e à necessidade de ampliação do efetivo e da infraestrutura operacional. Conclui-se que o fortalecimento do policiamento especializado depende da articulação entre planejamento estratégico, inteligência, tecnologia, capacitação permanente e cooperação interinstitucional, aspectos que contribuem para o aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança e para o enfrentamento qualificado das organizações criminosas.

Palavras-chave: Novo Cangaço; Segurança Pública; Policiamento Especializado; Inteligência Policial; Gestão da Segurança Pública.

Abstract: The investigation analyzes the operational strategies of the specialized police in the confrontation with the so-called New Cangaço in the Southwestern region of the state of Goiás,

¹ Breve apresentação do autor, com ênfase na formação e atuação na área temática do artigo.

² Formação acadêmica e vínculo institucional do orientador, indicando titulação, área de atuação, cargo ocupado e instituição de origem.

with emphasis on the task of the Specialized Police Companies (CPE) and the Foreign Exchange Operations Command (COD). The research problem consists of understanding how the operational strategies adopted by these units contribute to combating criminal organizations and what factors condition their effectiveness. The study aims to analyze operational practices, institutional integration, strategic planning and challenges faced by specialized teams in this context. It is applied research, with a qualitative and quantitative approach, of a descriptive and exploratory nature. The methodological procedures comprise bibliographical, documentary research and data collection by means of questionnaires applied to 57 military police officers in specialized units. The results demonstrate that operational planning, police intelligence, integration between security forces, use of drones, optical character recognition (OCR) systems and strategic blocks constitute the main factors associated with increasing operational efficiency. Limitations related to territorial extension, ease of flight between states, partial insufficiency of technological resources and need for expansion of cash and operational infrastructure are also identified. It is concluded that the strengthening of specialized policing depends on the articulation between strategic planning, intelligence, technology, permanent training and inter-institutional cooperation, aspects that contribute to the improvement of public security policies and to the qualified confrontation of criminal organizations.

Keywords: Novo Cangaço; Public Security; Specialized Police; Police Intelligence; Public Security Management.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública brasileira passou, nas últimas décadas, por transformações decorrentes da expansão e da reorganização do crime organizado, especialmente no que se refere aos crimes violentos contra o patrimônio praticados na modalidade denominada Novo Cangaço. Essas ações caracterizam-se pelo elevado grau de planejamento, uso de armamento de alto poder ofensivo, domínio temporário de cidades e utilização de estratégias que dificultam a resposta das forças de segurança, o que evidencia novos desafios para a gestão pública e para o policiamento especializado.

Nesse contexto, Silva Filho, Nelson e Costa (2025) destacam que o enfrentamento ao Novo Cangaço exige estratégias que ultrapassem a lógica reativa tradicional e incorporem planejamento estruturado, inteligência policial, integração institucional e planos de defesa capazes de articular ações preventivas, operacionais e posteriores aos eventos criminosos. Entretanto, a efetividade dessas estratégias depende de sua implementação nos diferentes contextos territoriais. Baía, Passos e Santos (2024) demonstram que, mesmo diante de resultados positivos obtidos pelo patrulhamento especializado, persistem limitações relacionadas à padronização de procedimentos e à execução prática das ações policiais, o que reduz a capacidade de resposta institucional.

No estado de Goiás, essa problemática apresenta características próprias em razão da posição geográfica estratégica do território, utilizado como corredor para circulação de pessoas, drogas, armas, veículos e outras atividades ilícitas. Nesse cenário, o Comando de Operações de Divisas (COD) e as Companhias de Policiamento Especializado (CPEs) desempenham papel relevante no enfrentamento das organizações criminosas, por meio de ações ostensivas, operações integradas e atividades de inteligência policial. Ferreira (2023) ressalta que a atuação especializada dessas unidades contribui para a contenção de crimes transfronteiriços, embora desafios relacionados à extensão territorial, aos recursos disponíveis e à complexidade das operações permaneçam presentes.

Diante desse contexto, emerge a necessidade de compreender de que maneira as estratégias operacionais desenvolvidas pelas unidades especializadas contribuem para o enfrentamento do Novo Cangaço e quais fatores limitam sua efetividade. Assim, formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as estratégias operacionais do policiamento especializado, desenvolvidas pelo COD e pelas CPEs na região Sudoeste de Goiás, contribuem para o enfrentamento do Novo Cangaço e quais limitações operacionais e gerenciais condicionam sua efetividade?

O estudo tem como objetivo analisar as estratégias operacionais do policiamento especializado empregadas no combate ao Novo Cangaço na região Sudoeste de Goiás, identificando seus principais mecanismos de atuação, desafios operacionais e condicionantes gerenciais. Busca-se, ainda, compreender a influência do planejamento estratégico, da integração institucional, da inteligência policial e dos recursos tecnológicos sobre a eficiência das ações desenvolvidas pelas unidades especializadas.

A escolha da temática decorre da atuação profissional do pesquisador na Polícia Militar de Goiás, circunstância que possibilita contato direto com a realidade operacional das equipes especializadas e com os desafios enfrentados nas regiões de fronteira e divisas estaduais. Essa experiência favorece a análise crítica das práticas institucionais, sem afastar o rigor científico necessário à investigação.

A relevância da pesquisa reside na contribuição para o campo da gestão pública em segurança, ao oferecer evidências empíricas sobre fatores que fortalecem ou limitam a atuação das unidades especializadas no enfrentamento ao crime organizado. Além disso, o estudo amplia as discussões acadêmicas sobre o Novo Cangaço no contexto goiano, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento do planejamento operacional, da integração entre as forças de segurança, dos processos de inteligência policial e das políticas públicas voltadas ao combate às organizações criminosas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A discussão acerca do enfrentamento ao crime organizado no Brasil exige a compreensão das transformações contemporâneas da segurança pública e das dinâmicas operacionais assumidas pelas organizações criminosas nas últimas décadas.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública registra a existência de, ao menos, 53 facções criminosas em atividade no território nacional, distribuídas nas diferentes unidades federativas, com presença consolidada em estados estratégicos para rotas ilícitas e circulação de armamentos, drogas e mercadorias clandestinas (FBSP, 2022). No caso de Goiás, identificam-se organizações como PCC, Comando Vermelho de Goiás e Família Monstro, cenário que evidencia a complexidade das dinâmicas criminais presentes na região Centro-Oeste.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a expansão territorial dessas organizações relaciona-se não apenas ao tráfico de drogas, mas também à estruturação de redes econômicas ilícitas articuladas nacionalmente, circunstância que altera os padrões tradicionais da criminalidade patrimonial e intensifica ações violentas contra instituições financeiras, transportes de valores e cidades de pequeno e médio porte (FBSP, 2022).

Nesse contexto, compreende-se que o denominado “Novo Cangaço” emerge como expressão contemporânea de ações criminosas altamente organizadas, caracterizadas pelo emprego de armamento pesado, domínio territorial temporário, uso de explosivos e atuação coordenada entre integrantes especializados. Conforme se observa no projeto analisado, tais ações tensionam os modelos convencionais de policiamento ostensivo, sobretudo porque exigem respostas operacionais integradas, planejamento estratégico e capacidade de rápida mobilização institucional.

Silva Filho, Nelson e Costa (2025) identificam que o enfrentamento ao “Novo Cangaço” exige estratégias que ultrapassem respostas estritamente reativas e a construção de planos de defesa estruturados em metodologias aplicadas, como o Design Sprint, demonstra a necessidade de integração entre prevenção, resposta operacional e ações posteriores ao evento criminoso. Nessa perspectiva, o debate desloca-se da simples repressão policial para uma discussão relacionada à gestão estratégica da segurança pública.

A literatura especializada também demonstra que a expansão das organizações criminosas alterou significativamente a lógica operacional das instituições policiais brasileiras. Na obra

Inteligência, Segurança Pública e Organização Criminosa, observa-se que a criminalidade organizada exige técnicas especializadas de produção de conhecimento, planejamento operacional e assessoramento decisório, sobretudo diante da elevada capacidade adaptativa das facções criminosas.

Conforme registrado na apresentação da obra, a criminalidade organizada diferencia-se da criminalidade comum justamente porque demanda instrumentos específicos de enfrentamento, envolvendo inteligência policial, operações especializadas e integração entre diferentes órgãos de segurança pública. Os autores destacam que a análise das organizações criminosas exige compreensão sistêmica, associando investigação, policiamento ostensivo, inteligência e gestão institucional.

Nesse sentido, a atividade de inteligência assume posição estratégica no enfrentamento ao crime organizado, de acordo com a Revista de Ciências Policiais da Academia Policial Militar do Guatupê registra que a inteligência de segurança pública contemporânea não se restringe ao assessoramento institucional clássico, mas incorpora funções voltadas à previsão, prevenção, neutralização e repressão de ações criminosas que atentem contra a ordem pública e a segurança coletiva (PMPR, 2021).

De acordo com o editorial da Revista de Ciências Policiais, a inteligência de segurança pública consolidou-se historicamente como ferramenta estratégica para produção de conhecimento destinado ao processo decisório estatal e a atividade de inteligência acompanha as transformações sociais e institucionais, adaptando-se às novas formas de criminalidade e aos desafios operacionais contemporâneos.

Soares (2022), ao discutir os fundamentos históricos da inteligência policial brasileira, argumenta que o modelo de inteligência adotado no país consolidou características predominantemente reativas, resultado das matrizes históricas de formação das corporações policiais e da forte influência militar na organização institucional da segurança pública. Segundo o autor, esse modelo priorizou a repressão criminal em detrimento da dimensão punitiva e preventiva da atividade de inteligência.

A reflexão proposta por Soares (2022) apresenta relevância para a análise do “Novo Cangaço”, sobretudo porque essa modalidade criminosa exige atuação baseada na antecipação de riscos, monitoramento de deslocamentos e produção qualificada de informações operacionais.

Nesse cenário, estratégias exclusivamente reativas demonstram limitações diante da elevada mobilidade e capacidade logística das organizações criminosas.

No âmbito das operações especializadas, Rocha (2020) discute o emprego das tropas de operações especiais das polícias militares na repressão às organizações criminosas, enfatizando a necessidade de unidades altamente capacitadas para enfrentamento de ações violentas de grande complexidade. Conforme se observa, a especialização operacional surge como resposta institucional ao aumento da capacidade ofensiva das facções criminosas.

Ainda nessa perspectiva, Paixão (2020) argumenta que a análise de situação constitui elemento central para o planejamento de operações de inteligência, especialmente porque decisões operacionais dependem da qualidade das informações produzidas pelas agências especializadas. O autor destaca que operações complexas exigem avaliação contínua do cenário, identificação de vulnerabilidades e monitoramento permanente das dinâmicas criminosas.

No caso específico das regiões de fronteira e divisas estaduais, a literatura evidencia desafios adicionais para a atuação policial, assim Bueno (2022), ao tratar da inteligência como medida preditiva no combate ao crime organizado em regiões fronteiriças, ressalta que a circulação interestadual de organizações criminosas exige ações integradas e monitoramento permanente das rotas utilizadas pelos grupos ilícitos.

Essa discussão aproxima-se diretamente da realidade do estado de Goiás, sobretudo em razão da posição geográfica estratégica do território goiano nas rotas criminosas nacionais. Conforme indicado no projeto analisado, o COD atua no enfrentamento aos crimes transfronteiriços e às ações vinculadas ao “Novo Cangaço”, desempenhando função relevante no policiamento especializado da região Sudoeste do estado.

Ferreira (2023) identifica que a atuação ostensiva especializada do COD apresenta resultados importantes na repressão às organizações criminosas, especialmente em áreas de circulação interestadual. Entretanto, Lima e Silva (2023) observam que persistem limitações relacionadas à amplitude territorial, às demandas operacionais e à necessidade de aperfeiçoamento contínuo das estratégias institucionais empregadas.

Baía, Passos e Santos (2024), ao analisarem o patrulhamento rural no estado do Pará, também identificam dificuldades relacionadas à padronização de procedimentos operacionais e à execução prática das estratégias institucionais. Conforme se observa nos autores, a existência de

protocolos não assegura, isoladamente, efetividade operacional, sobretudo em contextos marcados por vulnerabilidades estruturais e limitações logísticas.

Dessa forma, a literatura analisada demonstra que o enfrentamento ao “Novo Cangaço” ultrapassa a lógica tradicional do policiamento ostensivo, exigindo integração entre inteligência, planejamento estratégico, especialização operacional e coordenação institucional. Notou-se, nos estudos examinados, que a efetividade das ações policiais relaciona-se diretamente à capacidade estatal de articular produção de conhecimento, resposta operacional e gestão qualificada da segurança pública, especialmente em territórios marcados pela atuação de organizações criminosas complexas e altamente estruturadas.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, de abordagem qualitativa e quantitativa, com objetivos descritivos e exploratórios. O estudo busca analisar as estratégias operacionais do policiamento especializado no enfrentamento ao denominado Novo Cangaço na região Sudoeste do estado de Goiás, considerando os fatores que influenciam a eficiência das ações desenvolvidas pelas CPEs e pelo COD.

Quanto ao método de raciocínio, adotou-se o método dedutivo, que parte das discussões teóricas sobre segurança pública, inteligência policial, crime organizado e gestão estratégica para a análise das práticas operacionais empregadas pelas unidades especializadas da Polícia Militar de Goiás. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental, composta por livros, artigos científicos, dissertações, documentos institucionais, legislações e estudos relacionados ao policiamento especializado, inteligência policial e enfrentamento ao crime organizado, com destaque para os trabalhos de Silva Filho, Nelson e Costa (2025), Ferreira (2023), Lima e Silva (2023), Baía, Passos e Santos (2024) e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, realizou-se levantamento de dados primários por meio da aplicação de questionário estruturado a policiais militares das unidades especializadas da região Sudoeste de Goiás. Participaram da pesquisa 57 profissionais pertencentes, predominantemente, às CPEs e ao COD, cujas experiências operacionais subsidiaram a análise das estratégias empregadas no combate ao Novo Cangaço. O instrumento contemplou questões fechadas e abertas relacionadas ao perfil profissional, à experiência operacional, aos desafios

enfrentados, aos recursos disponíveis, à integração institucional e às sugestões para o fortalecimento das ações policiais.

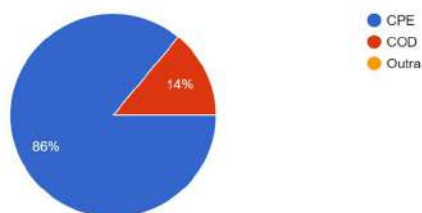
Os dados quantitativos foram organizados mediante estatística descritiva, com apresentação em gráficos e frequências absolutas e relativas. As respostas discursivas passaram por análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin (2016), complementada pela elaboração de nuvens de palavras, que possibilitaram identificar os temas mais recorrentes nas percepções dos participantes. A interpretação dos resultados ocorreu à luz do referencial teórico adotado, estabelecendo relações entre os dados empíricos e a literatura especializada.

A pesquisa observou os princípios éticos aplicáveis às investigações com seres humanos, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e todos os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando participação voluntária, anonimato, confidencialidade das informações e utilização dos dados exclusivamente para fins científicos. O percurso metodológico adotado permitiu produzir evidências sobre as estratégias operacionais empregadas pelas unidades especializadas e identificar fatores que contribuem para o aperfeiçoamento das políticas de segurança pública e do enfrentamento ao crime organizado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os participantes concentram-se, majoritariamente, nas CPE, que representam 86% da amostra, enquanto 14% pertencem ao COD, a distribuição evidencia predominância de profissionais diretamente vinculados às unidades especializadas responsáveis pelo policiamento ostensivo e pelas respostas táticas na região pesquisada, aspecto que fortalece a consistência das percepções apresentadas.

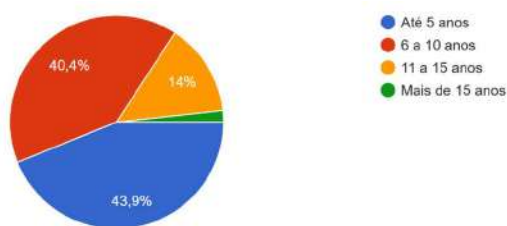
Gráfico 1 - Distribuição dos participantes segundo a unidade de atuação



Fonte: autor (2026)

O maior grupo possui até 5 anos de atuação (43,9%), seguido pelos policiais com 6 a 10 anos (40,4%), os profissionais com 11 a 15 anos correspondem a 14%, enquanto aqueles com mais de 15 anos representam aproximadamente 1,7%. O perfil demonstra equilíbrio entre experiência recente e experiência intermediária, condição que amplia a diversidade das percepções sobre o enfrentamento ao crime organizado.

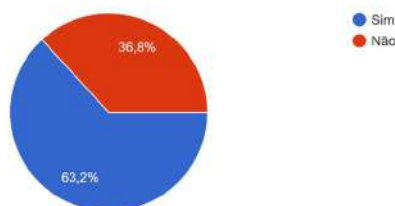
Gráfico 2 - Distribuição dos participantes segundo o tempo de atuação em unidades especializadas



Fonte: autor (2026)

A maioria dos respondentes (63,2%) declarou participação em operações relacionadas ao enfrentamento do Novo Cangaço ou de organizações criminosas interestaduais, ao passo que 36,8% informaram não possuir essa experiência. O resultado demonstra que parcela expressiva da amostra fundamenta suas respostas em vivências operacionais.

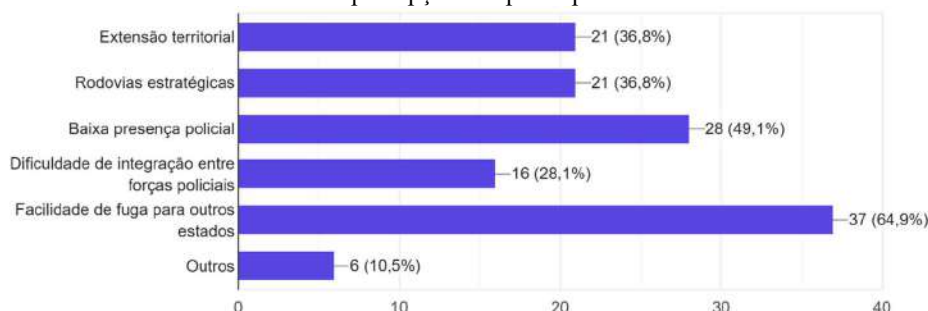
Gráfico 3 - Participação dos respondentes em operações de enfrentamento ao Novo Cangaço ou a organizações criminosas interestaduais



Fonte: autor (2026)

A principal vulnerabilidade identificada corresponde à facilidade de fuga para outros estados (64,9%), seguida pela baixa presença policial (49,1%). A extensão territorial e a existência de rodovias estratégicas obtiveram 36,8% cada, enquanto a dificuldade de integração entre forças policiais alcançou 28,1%. Os resultados indicam predominância de fatores territoriais, logísticos e institucionais na percepção dos participantes.

Gráfico 4 - Fatores que favorecem a atuação de organizações criminosas em regiões de fronteira ou divisas, segundo a percepção dos participantes



Fonte: autor (2026)

A Figura 1 evidencia que os participantes atribuem maior relevância às estratégias relacionadas ao Plano de Defesa, aos bloqueios e ao emprego de drones, termos representados com maior destaque gráfico. A recorrência dessas expressões demonstra a valorização de medidas voltadas ao planejamento operacional, ao controle das rotas de fuga e ao fortalecimento da capacidade de monitoramento durante o enfrentamento das organizações criminosas.

Também recebem destaque as palavras antecipação, operações, integradas, rodovias, cerco e defesa, o que reforça a percepção de que a efetividade das ações depende da atuação coordenada entre as forças de segurança, da antecipação dos movimentos das organizações criminosas e da ocupação estratégica das vias utilizadas para deslocamento e evasão.

Em menor frequência, aparecem os termos mapeamento, comunicação e OCR, associados ao emprego de tecnologias de monitoramento, à troca de informações e à identificação de veículos de interesse policial. Esses resultados indicam consenso entre os participantes quanto à necessidade de planejamento integrado, inteligência operacional e utilização de recursos tecnológicos para ampliar a capacidade de resposta das unidades especializadas diante das ações do denominado Novo Cangaço.

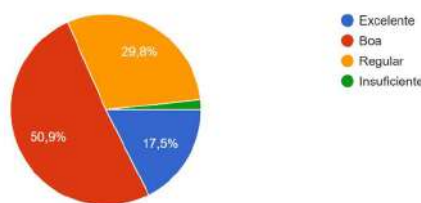
Figura 1 - Estratégias operacionais com melhores resultados no enfrentamento às organizações criminosas,



Fonte: autor (2026)

A integração institucional recebeu avaliação predominantemente positiva. A opção Boa corresponde a 50,9% das respostas, seguida por Regular (29,8%) e Excelente (17,5%). Apenas 1,8% classificaram a integração como insuficiente. Os resultados indicam reconhecimento da cooperação existente, embora apontem espaço para aperfeiçoamento dos mecanismos de coordenação operacional.

Gráfico 5 - Avaliação da integração entre a CPE, o COD, a Polícia Civil, a Polícia Federal e as demais forças de segurança em operações conjuntas



Fonte: autor (2026)

A Figura evidencia que os participantes associam os principais desafios do enfrentamento ao Novo Cangaço às limitações estruturais e territoriais das operações policiais. Os termos territorial, extensão, fuga, recursos, tecnologia, rotas e sistemas apresentam maior destaque, o que demonstra elevada recorrência nas respostas e indica consenso quanto aos obstáculos enfrentados pelas equipes especializadas.

A predominância das expressões extensão territorial e rotas de fuga revela que as características geográficas das regiões de fronteira e divisas favorecem a mobilidade das organizações criminosas e dificultam a atuação policial. Ao mesmo tempo, a frequência das palavras tecnologia, sistemas, OCR, internet e conectividade evidencia a necessidade de ampliação da infraestrutura tecnológica para fortalecer o monitoramento, o compartilhamento de informações e a tomada de decisão em tempo oportuno.

Também aparecem, com menor intensidade, os termos compartilhamento, coordenação, fronteira, divisas, distância e terreno, que reforçam a importância da integração institucional e da superação das limitações logísticas presentes nas operações realizadas em áreas de grande extensão territorial. Em conjunto, a nuvem de palavras demonstra que os desafios percebidos pelos participantes ultrapassam a disponibilidade de efetivo policial e abrangem fatores geográficos, tecnológicos e organizacionais que influenciam diretamente a eficiência das estratégias operacionais.

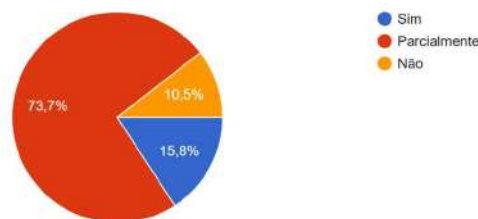
Figura 2 – Principais desafios enfrentados durante operações em regiões de fronteira ou divisas



Fonte: autor (2026)

A maioria dos participantes considera os recursos parcialmente suficientes (73,7%) para enfrentar organizações criminosas fortemente armadas. Apenas 15,8% afirmam que os recursos são suficientes, enquanto 10,5% entendem que são insuficientes. O resultado evidencia percepção de capacidade operacional existente, porém limitada diante da complexidade das organizações criminosas.

Gráfico 6 – Avaliação da suficiência dos recursos operacionais disponíveis para o enfrentamento de organizações criminosas fortemente armadas



Fonte: autor (2026)

A Figura 3 evidencia que os investimentos considerados prioritários pelos participantes concentram-se no fortalecimento da infraestrutura operacional e tecnológica das unidades especializadas. Os termos viaturas, drones, OCR, *internet*, comunicação, capacitação, sistemas e integrados apresentam maior destaque, o que demonstra elevada frequência nas respostas e reforça a percepção de que a eficiência operacional depende da modernização dos recursos disponíveis.

A recorrência das palavras viaturas, drones e OCR indica a valorização de equipamentos capazes de ampliar a mobilidade, o monitoramento e a identificação de veículos utilizados por organizações criminosas. Da mesma forma, os termos *internet*, comunicação e sistemas integrados

evidenciam a necessidade de conectividade permanente e compartilhamento de informações entre as forças de segurança, fatores considerados essenciais para a coordenação das operações.

Também aparecem com frequência as expressões capacitação, análise criminal, infraestrutura, blindagem e cursos, que ressaltam a importância da qualificação profissional, da produção de inteligência policial e da melhoria das condições materiais de atuação. Em conjunto, a nuvem de palavras demonstra que os participantes defendem investimentos articulados em tecnologia, comunicação, equipamentos e desenvolvimento profissional como estratégia para ampliar a capacidade operacional das unidades especializadas no enfrentamento ao denominado Novo Cangaço.

Gráfico 3 – Investimentos prioritários para o aumento da eficiência operacional das equipes especializadas



Fonte: autor (2026)

A Figura 4 evidencia que os participantes associam o fortalecimento do policiamento especializado, sobretudo, ao aumento do efetivo, termo que apresenta o maior destaque na nuvem de palavras. Em seguida, destacam-se planejamento, rodovias, capacitação, fronteiras e prevenção, aspectos que demonstram consenso quanto à necessidade de ampliar a capacidade operacional das equipes por meio da combinação entre recursos humanos, planejamento estratégico e atuação preventiva.

A frequência das palavras rodovias, fronteiras, operações integradas, OCR, drones e viaturas reforça a importância do monitoramento das principais rotas utilizadas pelas organizações criminosas e da intensificação das ações nas regiões de divisas estaduais. Esses elementos indicam que a interrupção das rotas de deslocamento e fuga constitui estratégia considerada prioritária pelos profissionais participantes da pesquisa.

Também aparecem os termos capacitação, equipamentos, plano, resposta rápida e ação, que evidenciam a valorização do treinamento especializado, da modernização da infraestrutura policial

e da elaboração de protocolos operacionais para resposta imediata às ocorrências. Em conjunto, a nuvem de palavras demonstra que os participantes defendem uma estratégia integrada, baseada no fortalecimento do efetivo, no planejamento operacional, na prevenção, na qualificação profissional e na ampliação dos recursos tecnológicos para aumentar a eficiência do enfrentamento ao denominado Novo Cangaço.

Figura 4 – Experiências, sugestões e observações dos participantes sobre o policiamento especializado em regiões de fronteira e o enfrentamento ao Novo Cangaço



Fonte: autor (2026)

Os resultados demonstram que a amostra reúne profissionais diretamente vinculados ao policiamento especializado, condição que confere consistência às análises sobre o enfrentamento do Novo Cangaço. A predominância de policiais pertencentes às Companhias de Policiamento Especializado (86%), associada ao tempo de atuação nas unidades e à participação de 63,2% dos respondentes em operações dessa natureza, evidencia que as percepções apresentadas decorrem da experiência prática no combate às organizações criminosas.

Esses achados convergem com Rodrigues (2023), ao destacar que a atuação permanente das unidades especializadas, articulada à inteligência policial e à integração institucional, constitui elemento essencial para a prevenção e repressão aos crimes violentos contra o patrimônio. Da mesma forma, Araújo (2021) ressalta que a consolidação da cultura operacional depende da experiência acumulada, da capacitação contínua e da adoção de doutrinas específicas para o enfrentamento de ocorrências de elevada complexidade.

Entre os fatores que favorecem a atuação das organizações criminosas, destacou-se a facilidade de fuga para outros estados (64,9%), seguida pela baixa presença policial (49,1%), o que evidencia a influência das características geográficas sobre a dinâmica criminal. Ferreira (2023)

observa que as regiões de divisa favorecem o deslocamento interestadual das organizações criminosas e exigem atuação permanente das unidades especializadas para interromper rotas de circulação e reduzir a reorganização dos grupos criminosos.

As estratégias consideradas mais eficientes pelos participantes concentram-se no planejamento operacional, nos bloqueios estratégicos, no emprego de drones e na atuação integrada entre as forças de segurança. Esses resultados corroboram Silva Filho, Nelson e Costa (2025), que defendem planos de defesa estruturados, fundamentados na antecipação das ações criminosas, na definição prévia de bloqueios e na coordenação entre instituições como fatores capazes de ampliar a eficiência das operações. A valorização da inteligência policial e da integração institucional também confirma a importância da produção permanente de informações para subsidiar decisões operacionais e fortalecer o enfrentamento ao crime organizado, conforme apontado por Rodrigues (2023).

A integração entre CPE, COD, Polícia Civil, Polícia Federal e demais órgãos recebeu avaliação predominantemente positiva, embora parcela dos participantes ainda a considere apenas regular. Esse resultado indica avanços na cooperação interinstitucional, mas também evidencia a necessidade de aperfeiçoar mecanismos de coordenação, compartilhamento de informações e padronização das ações. Barbosa (2022) destaca que a circulação eficiente do conhecimento operacional fortalece a tomada de decisão e amplia a capacidade de resposta das unidades especializadas.

Os principais desafios identificados concentram-se na extensão territorial, nas rotas de fuga, nas limitações tecnológicas e na insuficiência parcial dos recursos disponíveis. A predominância da avaliação de que os recursos são apenas parcialmente suficientes (73,7%) demonstra que a capacidade operacional ainda enfrenta restrições diante do elevado poder logístico e bélico das organizações criminosas. Esses resultados coincidem com Baía, Passos e Santos (2024), que identificam limitações relacionadas ao efetivo, aos equipamentos especializados e à execução dos protocolos operacionais como fatores que reduzem a efetividade das ações policiais.

Os participantes também atribuíram elevada prioridade aos investimentos em viaturas, drones, sistemas OCR, comunicação, conectividade e capacitação profissional. Esses achados reforçam a necessidade de modernização tecnológica e integração dos sistemas de informação, aspecto igualmente destacado pelo Compêndio de Combate ao Crime da Polícia Rodoviária Federal (2023) e por Soares e Silva (2023), ao evidenciarem que o enfrentamento ao crime

organizado depende da combinação entre inteligência policial, monitoramento tecnológico e compartilhamento permanente de informações entre as instituições de segurança pública.

As sugestões apresentadas pelos participantes reforçam a necessidade de ampliação do efetivo, fortalecimento da inteligência policial, aperfeiçoamento do planejamento estratégico e intensificação da integração entre as forças de segurança. Em conjunto, os resultados demonstram que o enfrentamento ao Novo Cangaço exige atuação sistêmica, fundamentada na coordenação institucional, na modernização tecnológica, na produção contínua de inteligência e na qualificação permanente das equipes especializadas.

Dessa forma, os achados confirmam as evidências apresentadas pela literatura recente ao indicar que a efetividade das estratégias operacionais depende da integração entre planejamento, tecnologia, inteligência e governança da segurança pública, mais do que da resposta isolada às ocorrências criminosas.

Inteligência policial e fluxo operacional no enfrentamento às organizações criminosas

O enfrentamento às organizações criminosas associadas ao denominado “Novo Cangaço” exige articulação entre inteligência, planejamento, intervenção policial e investigação, assim a inteligência permite identificar ameaças, analisar padrões criminais e produzir conhecimentos destinados a subsidiar decisões e ações de prevenção e repressão (Goiás, 2017). Essa perspectiva mostra-se compatível com os resultados desta pesquisa, que destacaram inteligência, antecipação e planejamento entre os elementos relevantes para a atuação especializada.

A produção do conhecimento de inteligência compreende coleta, integração e análise de informações provenientes de diferentes fontes, com identificação de indivíduos, veículos, rotas, áreas vulneráveis e possíveis conexões criminosas. Esses conhecimentos subsidiam o planejamento das operações, a definição de áreas prioritárias e a distribuição estratégica das equipes e dos recursos disponíveis (Paixão, 2020; Soares, 2022).

Na fase operacional, as informações orientam o monitoramento, o posicionamento das equipes e a intervenção policial, assim as tecnologias como drones, sistemas OCR e ferramentas de comunicação e monitoramento ampliam a capacidade de acompanhamento das movimentações criminosas. Entretanto, a abordagem e a busca pessoal devem permanecer fundamentadas em elementos objetivos e observar os requisitos legais aplicáveis à atuação policial (STJ, 2024; 2025).

Quando a intervenção resulta em prisão, inicia-se a articulação com a polícia judiciária e a autoridade policial analisa as circunstâncias da ocorrência e adota as providências legais cabíveis, enquanto armas, veículos, aparelhos eletrônicos, documentos e demais vestígios apreendidos passam a integrar o processo investigativo. Nesse contexto, a preservação da cadeia de custódia assegura a integridade e a rastreabilidade dos elementos probatórios (Goiás, 2026; Brasil, 2019).

Configura-se, portanto, um ciclo de retroalimentação entre inteligência, planejamento, operação e investigação, os conhecimentos orientam a ação policial; prisões e apreensões produzem novos elementos investigativos; e a análise desses dados retorna às estruturas de inteligência, permitindo atualizar cenários e aperfeiçoar futuras operações. Essa dinâmica reforça a importância da integração entre CPE, COD, Polícia Civil, Polícia Federal e demais instituições no enfrentamento ao Novo Cangaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu compreender que o enfrentamento ao denominado Novo Cangaço exige estratégias operacionais fundamentadas no planejamento estratégico, na inteligência policial, na integração interinstitucional e no emprego de tecnologias capazes de ampliar a capacidade de resposta das forças de segurança. A articulação entre a literatura especializada e os dados empíricos possibilitou identificar fatores que fortalecem a atuação das unidades especializadas, assim como limitações que ainda comprometem a eficiência operacional nas regiões de fronteira e divisas.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados ao analisar as estratégias empregadas pelas equipes especializadas e os fatores que condicionam sua efetividade. Os resultados evidenciaram que o planejamento operacional, os bloqueios estratégicos, a integração entre instituições, a inteligência policial e a utilização de recursos tecnológicos constituem elementos essenciais para o enfrentamento das organizações criminosas. Em contrapartida, a extensão territorial, a facilidade de fuga entre estados, as limitações estruturais e a insuficiência parcial de recursos tecnológicos permanecem como obstáculos relevantes para a atuação policial.

Os participantes atribuíram elevada importância ao fortalecimento do efetivo, à capacitação profissional e aos investimentos em viaturas, drones, sistemas OCR, equipamentos de comunicação e infraestrutura tecnológica. Esses achados demonstram que a eficiência operacional depende da

integração entre recursos humanos qualificados, produção de inteligência, coordenação institucional e modernização dos meios empregados pelas unidades especializadas.

A pesquisa também evidenciou que, embora existam diretrizes, protocolos e estratégias voltados ao enfrentamento do crime organizado, persistem lacunas entre o planejamento institucional e sua implementação prática. Assim, muitos desafios decorrem menos da ausência de políticas públicas e mais da dificuldade de transformar diretrizes estratégicas em ações permanentes, coordenadas e continuamente avaliadas.

Como contribuição científica, o estudo amplia a discussão sobre o policiamento especializado no estado de Goiás ao apresentar evidências empíricas relacionadas às estratégias operacionais empregadas no combate ao Novo Cangaço. Os resultados podem subsidiar o aperfeiçoamento do planejamento institucional, da integração entre as forças de segurança, dos programas de capacitação e dos investimentos destinados às unidades especializadas.

Entre as limitações, destacam-se o recorte geográfico da pesquisa e a participação de profissionais pertencentes às unidades especializadas da região Sudoeste de Goiás. Pesquisas futuras poderão ampliar a análise para outras regiões do país, incorporar indicadores objetivos de desempenho operacional e avaliar o impacto de novas tecnologias, da inteligência artificial e da análise de dados sobre a eficiência das ações de enfrentamento ao crime organizado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alberto Gomes de. **Cultura, territorialização e territorialidade da tropa de elite da Polícia Militar do Tocantins – CIOE-PMTO**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4296> Acesso em: 12 de julho de 2026.

BAÍIA, Lindiany Patrícia Batista Campos; PASSOS, Sônia da Costa; SANTOS, Jorge Fabrício dos. **“Novo Cangaço”: uma análise do enfrentamento das ações de patrulhamento rural da PMPA no interior do Estado do Pará, no período de 2019 a 2022, realizadas pelo BOPE e BPR**. Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v. 17, n. 7, p. 1-25, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.7-339.

BARBOSA, Patrick Barros. **Gestão estratégica de narrativas como transferência do conhecimento: o caso do Comando de Operações de Divisas – COD/PMGO**. 2022. Dissertação (Mestrado em Governança, Tecnologia e Inovação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/3156> Acesso em: 12 de julho de 2026.

BUENO, Christian Del Anhol Pereira. A inteligência como medida preditiva no combate ao crime organizado na região de fronteira: “uma percepção necessária no âmbito da PMPR”. In: PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. **Revista de Ciências Policiais da Academia Policial Militar do Guatupê: inteligência de segurança pública**. Curitiba: PMPR, v. 4, n. 4, 2022. p. 90-106.

BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 24 dez. 2019.

FERREIRA, Pablo Henrique Nunes. **A relevância da atividade ostensiva realizada pelos caçadores do COD na desarticulação de organizações criminosas nas fronteiras de Goiás**. Goiânia: Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023. Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/bitstreams/b6630cb9-de56-4627-953f-21f863e31169/download> Acesso em: 12 de julho de 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: especial eleições 2022 (2018-2021)**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5> Acesso em: 12 de julho de 2026.

GOIÁS. **Decreto nº 8.869, de 12 de janeiro de 2017**. Institui, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Goiás – SISP/GO. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2017.

GOIÁS. Polícia Civil do Estado de Goiás. Conselho Superior da Polícia Civil. **Resolução nº 4, de 27 de abril de 2026**. Fixa o Manual de Procedimentos de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Estado de Goiás. Goiânia: Polícia Civil do Estado de Goiás, 2026. A resolução entrou em vigor em 1º de julho de 2026.

LIMA, Geovane Monteiro dos Santos; SILVA, Reycilane Carvalho. **A importância do Comando de Operações de Divisas (COD) no combate ao novo cangaço no Estado de Goiás**. Goiânia: Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, 2023. Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/bitstreams/d89e9336-d424-4777-b0e6-c771b88de6c9/download> Acesso em: 12 de julho de 2026.

PAIXÃO, Hélio Jorge Oliveira. A importância da análise de situação para o planejamento das operações de inteligência. In: SOUZA, Hendrio Inandy José de; LEIMGRUBER, Mônica Pinto; LOPES, Yuri Fonseca (org.). **Inteligência, segurança pública, organização criminosa**. Brasil: Movimento Gráfica, 2020. p. 91-97. Disponível em: <https://www.jtnews.com.br/media/uploads/2021/10/20/captura-de-tela-2020-11-13-as-190211.pdf> Acesso em: 12 de julho de 2026.

ROCHA, Felipe Costa Santos. Emprego das tropas de operações especiais das polícias militares na repressão às organizações criminosas. In: SOUZA, Hendrio Inandy José de; LEIMGRUBER, Mônica Pinto; LOPES, Yuri Fonseca (org.). **Inteligência, segurança pública, organização criminosa**. Brasil: Movimento Gráfica, 2020. p. 76-90. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/64851/46566/159115> Acesso em: 12 de julho de 2026.

RODRIGUES, Maicon Danilo. **O papel estratégico dos batalhões de área da Polícia Militar do Paraná e suas agências locais de inteligência no combate aos crimes violentos contra o patrimônio.** RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, v. 4, n. 5, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i5.3224.

SILVA FILHO, Flávio Valdez Martins da; NELSON, Aline Virgínia Medeiros; COSTA, Maria Teresa Pires. **Plano de defesa contra ataques do novo cangaço: aplicação do Design Sprint como ferramenta de gestão pela PM/RN.** Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 318-341, fev./mar. 2025. DOI: 10.31060/rbsp.2025.v19.n1.1974.

SOARES, Lucas Fernando Marquetti. Fundamentos históricos de uma inteligência reativa: reflexões sobre as perspectivas de transição para um modelo de inteligência focado na prevenção da criminalidade. In: PARANÁ. Polícia Militar do Paraná (PMPR). **Revista de Ciências Policiais da Academia Policial Militar do Guatupê: Inteligência de Segurança Pública.** Curitiba: PMPR, v. 4, n. 4, 2022. p. 8-26.

SOARES, Deivisson Gonçalves; SILVA, Gabriel Eliseu. **A atuação do Comando de Operações de Divisas (COD) no Estado de Goiás.** Goiânia: Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023. Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/bitstreams/46a54707-f041-4fdf-bd7b-0196f36adbe2/download> Acesso em: 12 de julho de 2026.